

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

### **I - Contexto Operacional:**

Nota 1) A Fundação Agência da Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (FABH - SMT) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com estrutura administrativa e financeira própria, com participação do Estado, dos Municípios e da Sociedade Civil, conforme consta de sua escritura pública de constituição.

A FABH – SMT, tem como princípio organizacional a manutenção de estrutura técnica e administrativa de dimensões reduzidas, com prioridade à execução descentralizada de obras e serviços, funcionalmente simples e flexível, seguindo as diretrizes, tendo sua área de atuação coincidente com a do Comitê de Bacias Hidrográficas dos Rios Sorocaba e Médio Tietê – CBH-SMT.

### **II - Apresentação das demonstrações:**

Nota 2) As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base na Lei Federal nº 11.638/2007, na Lei Federal nº 11.941/2009 e Lei Federal nº 12.973/2014 que alteram artigos da Lei Federal nº 6.404/76, e nas Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), tais como a Resolução CFC nº 1.409/12, Resolução 1.305/10, NBC TG 07 (subvenção e assistência governamentais) e Resolução CFC nº 1.255/09, NBC TG 1.000 (contabilidade para pequenas e médias empresas), Interpretação Técnica Geral – ITG 2002 e suas revisões, dentre outras. As demonstrações financeiras também seguem todos os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

### **III – Formalidade da Escrituração Contábil:**

Nota 3) A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Nota 3.1) Os registros contábeis contêm número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

Nota 3.2) As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no livro “Diário Geral de Contabilidade” da Entidade, transmitido via arquivo digital pelo Sistema Público de Escrituração Digital SPED, através do programa validador da Escrituração Contábil Digital (ECD).

Nota 3.3) A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

Nota 3.4) A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

### **IV - Resumo das práticas contábeis:**

Nota 4) A prática contábil adotada para apuração do resultado segue o regime de competência de exercício para apropriação de receitas e despesas correspondentes.

Nota 5) O balanço patrimonial é composto por: Ativo, Passivo e Patrimônio Social.

Nota 5.1) O Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que gerem futuros benefícios econômicos para a entidade. Em resumo, é composto pelos bens e direitos da entidade e é dividido em circulante e não circulante. No ativo circulante estão os ativos de curto prazo (com realização de até 12 meses). No ativo não circulante estão os ativos de longo prazo (com realização superior a 12 meses), imobilizado e sua respectiva depreciação acumulada.

Nota 5.2) O Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos e é dividido em circulante e não circulante. No passivo circulante, estão os passivos de curto prazo (com exigibilidade de até 12 meses). No passivo não circulante estão os passivos de longo prazo (com exigibilidade superior a 12 meses).

Nota 5.3) O Patrimônio Social é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos. Em resumo representa a “situação líquida” da entidade e é composto por:

- Patrimônio Social: investimento inicial da entidade;
- Fundos Patrimoniais: composto pelo superávit acumulado referente aos recursos estaduais, conforme previsto no Capítulo XI § 1º do Estatuto Social da FABH - SMT;

Nota 6) Os ativos e passivos da entidade estão registrados em conformidade com seus efetivos valores históricos.

Nota 7) A entidade não possui estoques de qualquer natureza (mercadorias/materiais) na época do encerramento do ano calendário.

Nota 8) A entidade apresentou saldo em caixa e equivalentes de caixa ao final de 2025 de R\$6.271.189,33 (seis milhões, duzentos e setenta e um mil, cento e oitenta e nove reais e trinta e três centavos), segregados por fonte de recurso, conforme quadro demonstrativo:

	31/12/2024	31/12/2025
Aplicações financeiras - com restrição - Secr. Executiva	293.346,95	335.969,45
Aplicações financeiras - com restrição - Sala de Situação	58.582,22	63.725,02
Aplicações financeiras - com restrição - Comunicação	99.798,43	54.938,02
Aplicações financeiras - com restrição - Rio Tietê	83.550,12	43.820,94
Aplicações financeiras - com restrição - Fiscalização	519.681,43	17.243,86
Caixa, banco conta movimento - sem restrição - FEHIDRO	1.352,14	506,62
Aplicações financeiras - sem restrição - FEHIDRO	4.944.654,96	5.754.985,42
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA TOTAL</b>	<b>6.000.966,25</b>	<b>6.271.189,33</b>

Nota 9) O saldo da conta Recursos a Receber - FEHIDRO, no valor de R\$108.110,98 (cento e oito mil, cento e dez reais e noventa e oito centavos) refere-se aos recursos a receber do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - FEHIDRO, com base na arrecadação sobre a cobrança

pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, nas bacias Sorocaba e Médio Tietê, em 2024, a ser repassado à FABH - SMT em 2026.

Nota 10) O saldo da conta Recursos a Receber – Desenvolve SP (Projeto Fiscalização), no valor de R\$67.941,48 (sessenta e sete mil, novecentos e quarenta e um reais e quarenta e oito centavos) refere-se aos recursos a receber da Desenvolve São Paulo, referente ao Projeto Fiscalização – que tiveram a contratação dos serviços em 2025 e que terão o repasse, por parte da Desenvolve SP e o desembolso aos fornecedores em 2026.

Nota 11) O grupo contábil de despesas antecipadas, contempla valores pagos pela contratação de seguro de vida corporativo dos funcionários que são apropriados mensalmente como despesas conforme utilização, proporcional a vigência de doze meses a partir da data de sua contratação.

	<b>Data Contratação</b>	<b>Valor Contratado</b>	<b>Valor Apropriado</b>	<b>Valor a Apropriar</b>
Seguro de vida corporativo a apropriar	14/04/2025	494,92	371,16	123,76

Nota 12) O imobilizado foi registrado da seguinte forma: Os imobilizados adquiridos pela entidade estão registrados pelo custo de aquisição (ou valor original) e sua depreciação se dá utilizando-se do método linear, baseado em sua vida útil estimada.

Nota 13) Em atendimento ao princípio da competência foram provisionados até a data de 31/12/2025, o montante de R\$169.800,21 (cento e sessenta e nove mil, oitocentos reais e vinte e um centavos), os quais representam compromissos financeiros com fornecedores, impostos, salários a pagar, estágios a pagar, reembolsos de despesas, tarifas bancárias, férias e encargos a pagar assumidos no exercício social de 2025, mas que sairão das contas bancárias da FABH - SMT no exercício Social de 2026 ou, posteriormente, no caso das férias a pagar, conforme quadro abaixo:

<b>Valores Provisionados em 2025 com Pagamentos em 2026</b>	<b>Valor – R\$</b>
AMIL ASSISTENCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	2.003,19
TELEFONICA BRASIL S/A	1.003,06
A1MC PROJETOS LTDA	61.076,29
REGEA GEOLOGIA, ENGENHARIA E ESTUDOS AMBIENTAIS	35.432,15
SALARIOS A PAGAR	11.871,04
ESTAGIOS A PAGAR	3.048,00
INSS A PAGAR	5.618,26
FGTS A PAGAR	1.210,55
PIS S/ FOLHA A PAGAR	151,32
IRRF S/ RENDIMENTOS	3.889,82
IRRF S/ TERCEIROS A RECOLHER	891,58
ISSQN RETIDO TERCEIROS A RECOLHER	24.109,05
REEMBOLSO DE DESPESA	1.444,53
TARIFAS BANCÁRIAS A PAGAR	1.705,45
FÉRIAS A PAGAR	12.115,84
ENCARGOS S/ FÉRIAS A PAGAR	4.230,08
<b>TOTAL</b>	<b>169.800,21</b>

Nota 14) Férias a Pagar e Encargos: Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do levantamento do balanço patrimonial.

Nota 15) A conta provisão para contingências apresenta a seguinte composição:

<b>PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS – em R\$</b>	<b>2025</b>
Verbas Rescisórias	63.202,45
Processos Judiciais	200.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>263.202,45</b>

Nota 15.1) A provisão de verbas rescisórias foi constituída no exercício de 2021, referente a contingência trabalhistas, visando pagamento de verbas indenizatórias que seriam devidas no caso de rescisão contratual de 2 colaboradores pagos com recursos da arrecadação estadual. Tal provisão foi constituída em conformidade com o que determina a norma NBC TG 25, atendidas as condições do item 14 da referida norma.

Nota 15.2) Em 2021, foi constituída provisão referente ao processo nº 0013370-88.2020.8.26.0602, em trâmite na Vara da Fazenda Pública da Comarca de Sorocaba, sendo requerente Benedito Aparecido de Oliveira Canine, e como requeridas a FABH - SMT. A ação proposta tem como objeto o pagamento do valor de R\$425.979,15 (quatrocentos e vinte e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e quinze centavos). O processo teve o julgamento em primeira instância, realizado em 2025, onde foi proferida sentença julgando improcedentes os pedidos do reclamante. O requerente apelou da sentença, e o processo alcançou os tribunais superiores, encontrando-se agora sob a jurisdição do STJ (Supremo Tribunal de Justiça), aguardando apreciação recursal definitiva sobre o vínculo.

Nota 15.3) Conforme relatório dos processos judiciais em andamento, apresentado pela assessoria jurídica da FABH-SMT, existe o processo distribuído na 14ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central – SP, sob o nº 1026691-69.2023.8.260053 sendo requerente a empresa Pandanus Administração de Bens Ltda. Trata-se de declaratória de inexigibilidade de cobrança de tarifa de água, onde é questionado o lançamento da cobrança de tarifa de água, alegando consumo menor do que o exigido nos lançamentos opostos, pedindo declaração de inexigibilidade do débito e a concessão de acesso ao SIDECC. Com o encerramento da instrução e a apresentação das alegações finais por ambas as partes, o processo encontra-se maduro. Os autos seguem conclusos para prolação da sentença, sendo o status do processo, classificado pela assessoria jurídica, como possível.

Nota 16) Os recursos financeiros disponíveis na conta “Receitas Diferidas – L.P.” estão provisionados no Passivo Não Circulante, tendo em vista que serão finalizados processos licitatórios e celebrados contratos no decorrer de 2026 pela FABH - SMT e tomadores de recursos para projetos, sendo que os desembolsos deverão ser realizados nos exercícios de 2026 e/ou posteriores, conforme previsão de cronograma físico-financeiro.

Nota 17) As Receitas da FABH - SMT são reconhecidas em conformidade com a Resolução CFC nº 1.409/12 a Resolução CFC nº 1.305/10, NBC TG 1.000, e encontram-se evidenciadas na **Demonstração de Superávit ou Déficit**;

Nota 17.1) As receitas são subdivididas em Custeio Estadual (FEHIDRO), Secretaria Executiva dos Comitês, Projeto Regea (DAEE), Sala de Situação, Projeto de Comunicação, Projeto Rio Tietê e Fiscalização conforme quadros demonstrativos abaixo:

<b>Receitas FABH - SMT</b>	<b>2025 – (R\$)</b>	<b>2024 – (R\$)</b>
Receitas Transferência Estadual (FEHIDRO)	1.116.483,44	1.044.328,67
Receitas Financeiras (FEHIDRO)	655.151,62	395.626,77
Receitas Transferência Estadual (Secre. Exec. Comitês)	89.339,42	98.869,17
Receitas DAEE – Projeto Regea	0,00	22,81
Receita Projeto Sala de Situação	3.491,96	3.143,68
Receita Projeto Comunicação	53.253,94	207,10
Receita Projeto Rio Tietê	200.992,53	120,86
Receita Projeto Fiscalização	617.818,21	281,74
<b>Total das Receitas Federais</b>	<b>2.736.531,12</b>	<b>1.542.600,80</b>

Nota 17.2) Os recursos de origens estaduais (FEHIDRO) são estritamente para custeio, sendo repassado para a FABH - SMT o valor correspondente a 10,00% (dez por cento) do que é arrecadado com a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias SMT, de acordo com a Lei Estadual nº 10.020/98. Esses recursos de origem estadual são atribuídos como receita ao fim de cada mês, com base na arrecadação realizada.

Nota 17.3) Outra fonte de recurso estadual é o recurso oriundo do FEHIDRO/Royalties/compensação financeira do setor elétrico, com a finalidade de custear a Secretaria Executiva dos Comitês SMT.

Nota 17.4) Os recursos de origem Sala de Situação são recursos provenientes de investimentos – 90% da arrecadação, sendo a própria FABH – SMT tomadora dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Este projeto é destinado a estruturação e elaboração de uma sala de situação para monitoramento na Bacia Hidrográfica dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (desenvolvimento do modelo conceitual).

Nota 17.5) Os recursos oriundos do Projeto de Comunicação, visam a contratação de empresa para o desenvolvimento e criação de ações de comunicação para o CBH-SMT.

Nota 17.6) Recursos Projeto Rio Tietê, são recursos para contratação de serviços técnicos para elaboração de estudo visando a definição de diretrizes técnicas e estratégias institucionais para subsidiar a integração do planejamento das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHs) da Bacia do Rio Tietê.

Nota 17.7) Os recursos de origem Fiscalização, são repasses para a FABH-SMT para contratação de serviços especializados para apoio às atividades de gestão e de fiscalização dos usos e interferências em recursos hídricos na bacia do rio Sorocaba e Médio Tietê – Fase II.

Nota 17.8) Os recursos destinados à Secretaria Executiva dos Comitês SMT, recursos Sala de Situação, recursos Projeto Comunicação, Projeto Rio Tietê e Fiscalização, são considerados recursos com restrição, contabilmente reconhecidos como RECEITAS DIFERIDAS, ou seja, uma receita de realização futura.

Nota 17.9) A realização da receita se dá de forma sistêmica e racional. De acordo com a resolução CFC nº 1.305/10, em seu item 12:

“Uma subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que

atendidas as condições desta Norma. A subvenção governamental não pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido.”

Ainda, item 15A:

“Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo.”

Resumidamente, os recursos repassados e a repassar para a FABH - SMT, tanto de origem Secretaria Executiva dos Comitês, Sala de Situação, Projeto Comunicação, Projeto Rio Tietê, Fiscalização, quanto de outras fontes, figuram pelas contas patrimoniais, e são apropriadas ao resultado (reconhecimento como receita e despesa) à medida que ocorrer sua realização.

Nota 18) A FABH - SMT é responsável por transmitir informações necessárias para emissão de boletos de cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias SMT, ao Banco do Brasil e também, prestar contas à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística dos recursos recebidos para custeio, conforme contrato de prestação de serviços de cobrança bancária firmado entre as partes acima mencionadas. A modalidade de cobrança bancária utilizada é a “Cobrança com Registro”, na qual, a FABH - SMT deverá enviar informações de cobrança dos usuários ao Banco do Brasil via arquivo digital e acompanhar diariamente a movimentação e controle da conta. Para tanto, a FABH - SMT para controle dos valores arrecadados, apresenta conta bancária, no passivo denominada “Conta Corrente BB COB EST (9790-X)”, onde é reconhecida a movimentação diária, porém, por não ser de responsabilidade da FABH - SMT a autorização da realização das saídas dos recursos financeiros, a movimentação é nula no resultado do período. Foram reconhecidas apenas as transferências FEHIDRO de até 10% (dez por cento) dos recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo nas bacias SMT para despesas de custeio administrativo e pessoal estabelecido na proposta orçamentária para o exercício. No encerramento do exercício, a conta não apresentava saldo.

Nota 19) As despesas da entidade são apuradas através de documentos idôneos (Notas Fiscais e Recibos) em conformidade com as exigências legais/fiscais. São divididas em:

- a) Custeio estadual;
- b) Secretaria Executiva Comites PCJ;
- c) Despesas Projeto Sala Situação.
- d) Despesas Projeto Comunicação
- e) Despesas Projeto Rio Tietê
- f) Despesas Fiscalização

Nota 20) Os recursos da FABH - SMT foram aplicados em suas finalidades institucionais, de conformidade com seu Estatuto Social, e respeitando os limites para custeio administrativo.

Nota 21) Em 2025, houve a utilização de recursos do Fundo Patrimonial da FABH-SMT no montante de R\$51.983,15 (cinquenta e um mil novecentos e oitenta e três reais e quinze centavos), conforme premissa do parágrafo 3º do artigo 29 da 7ª alteração do Estatuto da FABH-SMT, que autoriza o uso desse recurso para atender as finalidades previstas no Art. 5º do referido Estatuto.

Nota 22) O superávit do exercício de 2025, oriundo de recursos estaduais, foi de R\$820.371,46 (oitocentos e vinte mil trezentos e setenta e um reais e quarenta e seis centavos) e será alocado no patrimônio da entidade na conta FUNDO PATRIMONIAL, conforme previsto no Capítulo XI § 1º do Estatuto Social da FABH - SMT;

Nota 23) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Nota 23.1) A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Nota 23.2) O Método adotado na elaboração da DFC foi o DIRETO, onde é discriminado abaixo os valores efetivamente recebidos em 2024, bem como os pagamentos efetuados.

<b>Movimentação Financeira – Arrecadação FEHIDRO – em R\$</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>4.946.007,10</b>	<b>4.342.504,44</b>
(+) Recursos Recebidos	1.107.152,98	1.041.299,20
(+) Restituição de Impostos Federais - PER/DCOMP	0,00	18.032,97
(+) Rendimentos Financeiros	655.151,62	395.626,77
<b>(=) Subtotal</b>	<b>6.708.311,70</b>	<b>5.797.463,38</b>
(-) Desembolsos Custeio Federal	(952.819,66)	(768.437,68)
(-) Desembolsos Aquisições de Ativo	0,00	(83.018,60)
<b>Saldo Final</b>	<b>5.755.492,04</b>	<b>4.946.007,10</b>

<b>Movimentação Financeira – Secretaria Executiva – em R\$</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>293.346,95</b>	<b>247.121,95</b>
(+) Recursos Recebidos - Secr. Exec. Comitês	95.847,62	123.956,95
(+) Rendimentos Financeiros - Secr. Executiva	34.836,30	20.655,87
<b>(=) Subtotal</b>	<b>424.030,87</b>	<b>391.734,77</b>
(-) Desembolsos Secretaria Exec. Comitês	(88.061,42)	(98.387,82)
<b>Saldo Final</b>	<b>335.969,45</b>	<b>293.346,95</b>

<b>Movimentação Financeira – Sala de Situação – em R\$</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>58.582,22</b>	<b>55.028,24</b>
(+) Rendimentos Financeiros – Sala Situação	6.373,00	4.435,90
<b>(=) Subtotal</b>	<b>64.955,22</b>	<b>59.464,14</b>
(-) Desembolsos – Sala de Situação	(1.230,20)	(881,92)
<b>Saldo Final</b>	<b>63.725,02</b>	<b>58.582,22</b>

<b>Movimentação Financeira – Projeto Comunicação – em R\$</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>99.798,43</b>	<b>0,00</b>
(+) Recursos Recebidos – Projeto Comunicação	0,00	98.274,00
(+) Rendimentos Financeiros – Projeto Comunicação	8.393,53	1.731,53
<b>(=) Subtotal</b>	<b>108.191,96</b>	<b>100.005,53</b>
(-) Desembolsos – Projeto Comunicação	(53.253,94)	(207,10)
<b>Saldo Final</b>	<b>54.938,02</b>	<b>99.798,43</b>

<b>Movimentação Financeira – Projeto Rio Tietê – em R\$</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>83.550,12</b>	<b>0,00</b>
(+) Recursos Recebidos – Projeto Rio Tietê	116.516,00	82.484,00
(+) Rendimentos Financeiros – Projeto Rio Tietê	9.514,82	1.186,98
<b>(=) Subtotal</b>	<b>209.580,94</b>	<b>83.670,98</b>

(-) Desembolsos – Projeto Rio Tietê	(165.760,00)	(120,86)
<b>Saldo Final</b>	<b>43.820,94</b>	<b>83.550,12</b>

<b>Movimentação Financeira – Fiscalização – em R\$</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>519.681,43</b>	<b>0,00</b>
(+) Recursos Recebidos – Fiscalização	0,00	514.326,64
(+) Rendimentos Financeiros – Fiscalização	30.195,30	5.636,53
<b>(=) Subtotal</b>	<b>549.876,73</b>	<b>519.963,17</b>
(-) Desembolsos – Fiscalização	(532.632,87)	(281,74)
<b>Saldo Final</b>	<b>17.243,86</b>	<b>519.681,43</b>

Nota 24) Doações/Garantias de Contrato/Contribuições Recebidas

Nota 24.1) Eventualmente a Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas jurídicas, conforme previsão no Cap. XI, art. 29 do Estatuto Social da Entidade.

Nota 25) Cobertura de Seguros:

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, atendendo principalmente o princípio contábil de continuidade.

ITEM SEGURO	COBERTURA – em R\$	VIGÊNCIA
Vida em grupo	200.000,00	10/04/2025 a 10/04/2026

---

MATHEUS MARUM DE CAMPOS

Diretor-Presidente

CPF: 404.351.228-78

---

LUIS CARLOS MARIN GIUSTI

CRC: 1SP 146439/O-5

CPF: 030.948.608-42